



Biblioteca da Assembleia da República

DOSSIER DE IMPRENSA

CASO BPN ■ PROCESSO FICA MAIS UM ANO EM SEGREDO DE JUSTIÇA

Oliveira e Costa continua preso

■ Juiz Carlos Alexandre deferiu pretensão do Ministério Público no dia em que se completam seis meses de preventiva após a detenção do banqueiro

● EDUARDO DÁMASO

O juiz de instrução criminal Carlos Alexandre declarou o inquérito em que é investigado o ex-patrão do BPN Oliveira e Costa de "excepcional complexidade", deferindo assim um requerimento do Ministério Público nesse sentido. Isto significa que o prazo do segredo de justiça foi prolongado e que a acusação terá de ser feita até ao momento em que se complete um ano de prisão preventiva, facto que ocorrerá a 21 de Novembro deste ano. O despacho de Carlos Alexandre foi assinado ontem, último dia do prazo para reavaliar as medidas de coacção aplicadas a Oliveira e Costa.

O CM sabe que o Ministério Público tem vindo a recolher factos novos e relevantes para a investigação, o que implicou pedir a excepcional complexidade e a manutenção da prisão preventiva como medida de coacção. Neste caso os principais crimes sob investigação são administração danosa, fraude qualificada, burla e falsificação de documentos.

Este inquérito foi iniciado com uma denúncia do Banco de Portugal em que foram relatadas as operações virtuais feitas no Banco Insular, sediado em Cabo Verde e detido pelo BPN através de uma sociedade offshore. Em causa estão operações a débito sem contrapartida real de créditos realizadas sobre contas do Banco Insular e tituladas por responsáveis do BPN, particularmente por José Oliveira e Costa. Com estas operações acobertou-se o financiamento da compra de acções pró-



Oliveira e Costa no dia da detenção. O banqueiro pode ficar preso pelo menos até Novembro

prias e em benefício de responsáveis do grupo.

A Oliveira e Costa, antigo secretário de Estado de Cavaco Silva, são imputadas suspeitas de ter liderado a concepção e desenvolvimento de um esquema de financiamento a sociedades instrumentais, instaladas em paraísos fiscais. Estas empresas apenas se destinavam a servir os interesses do

Grupo SLN/BPN mas, sobretudo, dos seus responsáveis, ocultando estratégias de tomada do controlo accionista, rendimentos e aquisições patrimoniais sem fundamento e sem quaisquer registos fiscais. ■

🔍 PORMENORES

● **BURACO FINANCEIRO**
A gestão do BPN já apurou um buraco financeiro no BPN de 1800 milhões de euros.

● **NEGÓCIOS RUINOSOS**
Foram detectados no BPN 13 negócios ruins, que causaram um prejuízo de 248 milhões de euros.

● **SALÁRIOS EM CAUSA**
A ex-administração de Abdool Vakil recusa devolver ao BPN mais de 200 mil euros em salários.

Um mundo de aparências e de offshores

● O Banco Insular começou por ser constituído e detido pela Fincor SGPS, entidade que no final de 2001 foi adquirida pelo BPN, mas com prévia colocação da propriedade do banco numa terceira sociedade: a Insular Holdings Ltd, sediada no Reino Unido. Para o Ministério Público, Oliveira e Costa e alguns colaboradores conceberam um esquema para transferir depósitos recebidos no BPN Cayman e BPN IFI para o Insular, sem conhecimento dos clientes. Este é o ponto de partida de uma investigação que já tem um âmbito mais vasto. ■

Ministério Público em vindo a recolher dados novos



Dança de pretendentes no 'casamento' com o BPN

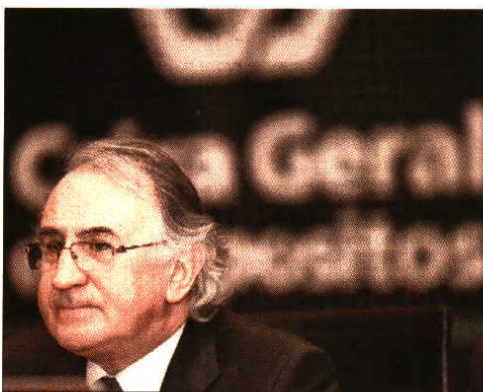
BCP, Banif e La Caixa não estão interessados em ficar com o banco. **Montepio** pode avançar para compra

JOÃO PAULO MADEIRA
jao.madeira@sol.pt

O GOVERNO vê a venda do BPN como a melhor solução para o banco nacionalizado, mas alguns dos potenciais interessados já descartaram a possibilidade de comprarem a instituição. BCP, Banif e grupo La Caixa, o principal accionista do BPI, não têm interesse em ficar com o banco. O Montepio admite avançar.

O ministro das Finanças reconheceu esta semana, no Parlamento, que a melhor solução para o BPN seria a venda do banco. «É o cenário que privilegiarei», disse Teixeira dos Santos, admitindo, contudo, que a solução implica «condições de mercado desejáveis e que haja interessados».

A tarefa aparenta ser complicada, sobretudo porque muitos potenciais compradores já rejeitaram uma possível aquisição. Carlos Santos Ferreira garantiu esta semana que «não há



CGD, gerida por Faria de Oliveira, é a actual 'dona' do BPN | DR

qualquer interesse do BCP no BPN».

Juan María Nin, CEO do grupo espanhol La Caixa, que detém 30% do BPI, afastou igualmente a possibilidade de comprar o banco nacionalizado. «Não estamos interessados. Fora de Espanha, a estratégia do grupo passa por participações minoritárias», clarificou o gestor, que esteve em Portugal para participar numa conferência sobre o sistema financeiro.

O Banif é outro banco

que não se afirma como pretendente. Horácio Roque frisou que «para já, não estamos interessados em fazer compras». O Montepio foi o único a admitir comprar o BPN, de acordo com o *Jornal de Negócios* de ontem, mas impõe como condição que a aquisição não implique assumir o 'buraco' de 1,8 mil milhões de euros.

Apesar da indefinição em torno da solução para o BPN, a CGD, que gere o banco nacionalizado, deverá ter um 'balão de ar' ainda este semestre. Faria de Oliveira confirmou esta semana que o aumento de capital de mil milhões, anunciado em Dezembro pelo primeiro-ministro, deverá ocorrer até final de Junho.

A injeção de capital no banco público foi justificada por José Sócrates com a objectivo de «emprestar dinheiro à economia», mas é certo que o banco tem sido chamado a constantes injeções de capital no BPN.

Esta quinta-feira, a Comissão Europeia aprovou também o regime que permite o acesso dos bancos portugueses aos quatro mil milhões de euros de refinanciamento.

Salários da banca vão ser avaliados por reguladores

Numa altura em que se discute os salários dos gestores de topo, os supervisores Banco de Portugal, Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e Instituto de Seguros de Portugal anunciaram a criação de um grupo de trabalho para avaliar os salários das empresas cotadas, no âmbito do Conselho Nacional de Supervisores Financeiros. A intenção é melhorar a regulação das remunerações praticadas pelo sector financeiro, no sentido de torná-las mais «sãs e prudentes», em linha com recomendações internacionais sobre o tema.

I.R.



O CAMINHO PODE SER A FUSÃO COM A CGD OU A VENDA AO MONTEPIO

Ministro das Finanças privilegia venda do BPN

O **MINISTRO** das Finanças revelou no Parlamento que a sua opção de solução para o Banco Português de Negócios (BPN) é vender e que só condições de mercado ou falta de interessados o levarão a ponderar outras possibilidades. Na mesa de Teixeira dos Santos está a venda ao Montepio, ou a integração do banco na CGD, depois do banco público ter injectado 2,5 mil milhões, o que obrigou o Estado a aumentar o capital do banco público, recorrendo ao dinheiro dos impostos dos portugueses.

"A venda é o cenário que eu privilegiarei", afirmou Teixeira dos Santos na Comissão Parlamentar de Orçamento e Finanças, ressaltando que, por "eventuais dificuldades" de mercado que resultem na falta de interessados, não pode "descartar outras possibilidades".

Teixeira dos Santos afirmou ainda que "garante" que não haverá lugar a indemnização de qualquer acionista. A Sociedade Lusa de Negócios (SLN), a antiga dona do BPN, quer receber do Estado, como indemnização decorrente da nacionalização do banco,

403,8 milhões de euros, como revelou recentemente o actual presidente da empresa, Fernando Lima, na apresentação das contas da "holding", que teve prejuízos de cerca de 170 milhões em 2008.

O ministro das Finanças adiantou que a administração do banco aprovou terça-feira as contas, um passo que também era necessário para apresentar a solução final para o BPN, que poderá ser a venda ao Montepio.

O banco, juntamente com uma área do negócio de seguros, foi nacionalizado em Novembro de 2008 e colocado sob administração de gestores da estatal Caixa Geral de Depósitos (CGD), depois de uma intervenção das autoridades, incluindo judiciais, que levou à detenção do seu antigo presidente, Oliveira e Costa.

Ministro diz que há mecanismos na lei para proteger clientes do BPP

O ministro das Finanças insistiu ontem que a situação dos depositantes do Banco Privado Português (BPP) é diferente da dos que têm outro tipo de aplicações, mas que há meca-

nismos na lei que podem ser accionados para estes casos.

"Sendo certo que estamos perante realidades diferentes (...), há mecanismos de protecção na lei que podem ser accionados", disse Teixeira dos Santos, distinguindo depósitos puros de aplicações financeiras com retorno de capital garantido.

Teixeira dos Santos, que falava na comissão parlamentar de Orçamento e Finanças, reiterou, contudo, que a situação dos depósitos é diferente das de outro tipo de aplicações.

O ministro acrescentou ter pedido aos supervisores que encontrem uma solução que salvguarde os clientes.

As autoridades vão alterar o diploma que regula o sistema de indemnização aos investidores (FII) para viabilizar uma solução para os produtos de retorno absoluto do BPP.

Esta terá sido a solução a apresentar pelo grupo de trabalho que integra Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), Banco de Portugal (BdP) e envolvendo o Ministério das Finanças, e que inclui criar um veículo destinado a receber os activos dos clien-



tes do BPP que aplicaram o seu dinheiro em contas de capital garantido, que seria gerido por uma entidade financeira ainda por seleccionar.

Os clientes defendem que as suas aplicações foram entregues ao BPP para aplicações a curto prazo e sem risco, pelo que devem ser equiparadas a depósitos, interpretação que as autoridades já aceitaram. |



SLN poderá ter comprador para a Real Seguros até final do mês

A parte da Real Seguros que ficou no universo da Sociedade Lusa de Negócios (SLN) poderá ter comprador até à AG da holding liderada por Fernando Lima e que está marcada para o dia 29 deste mês. O gestor, que, entretanto, apresentou aos jornalistas o seu projecto para a reestruturação da holding, tem várias alienações avançadas, incluindo a Solução Corretores, a I2S Informática e mesmo o NetPay.

A estratégia do gestor passa por deixar cair a marca SLN e até final do ano ter um novo radical e uma nova imagem. Deixar de ter a carga negativa associada ao

BPN, que foi entretanto nacionalizado, é uma prioridade.

Fernando Lima disse no mesmo encontro que pretende recuperar o passivo da holding, que se situa nos 700 milhões de euros, sem contar com a entrada de novos capitais e sem a eventual indemnização pela nacionalização do BPN, o qual foi avaliado pela holding em cerca de 403 milhões de euros. O projecto passa pela reestruturação da dívida aos bancos (ao BPN a dívida ascende a 400 milhões de euros) e pela redução de custos.

O modelo de desenvolvimento passará por três fases, caso ocorra a aprovação do accionista na AG

29. A reestruturação do grupo, que comporta 140 empresas, 98 offshores identificados e 4600 funcionários, decorrerá até 2010. Seguir-se-á a consolidação dos negócios estratégicos entre 2011 e 2014, período após o qual poderá distribuir dividendos, tentar a dispersão em bolsa e dedicar-se ao desenvolvimento de novos negócios.

A SLN vai apostar em três grandes sectores, que corresponderão a sub-holdings: saúde, imobiliário e automóvel. Ainda recentemente Alberto Figueiredo, presidente da SLN Valor, entidade que é a maior accionista da SLN SGPS,

esteve em Angola com Fernando Lima para avaliar a participação detida pelo grupo em poços de petróleo e avançar para o imobiliário em Luanda, onde vão ser feitas novas aquisições.

Lima disse no referido encontro com jornalistas que serão colocados numa sub-holding as participações financeiras do grupo que se destinem a serem desenvolvidas ou alienadas, com o objectivo de maximizar o seu valor. A nível internacional, o gestor disse que as únicas apostas válidas são Angola e a triangulação com o Brasil.

Entre os activos que estão para

ser alienados destacam-se a parte da Real Seguros que não foi com o BPN, a área ligada à TI, caso da I2S Informática, a rede de acquiring de pagamentos com cartões (embora esteja a ser gerida pelo BPN) e ainda a Solução Corretora.

Em 2008, a SLN registou um resultado líquido negativo de 170 milhões de euros e imparidade de 105 milhões de euros. O activo líquido situava-se nos 1296 milhões de euros e os capitais próprios nos 318 milhões de euros. Os proveitos operacionais atingiram 496 milhões de euros.

VÍTOR NORINHA

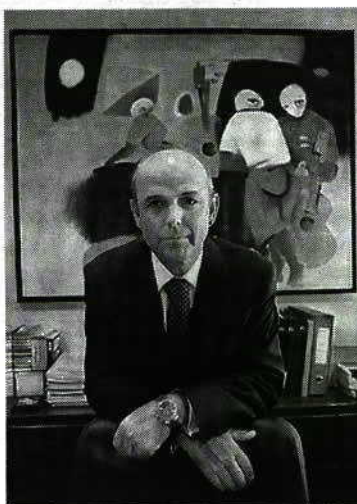
BANCA

Montepio pondera comprar o BPN

➔ O Montepio admite vir a gerir, em nome do Estado, a parte não vendável do Banco Português de Negócios (BPN), num cenário em que venha a comprar o banco, revelou ontem à Lusa o seu presidente, Tomás Correia.

“Temos interesse na operação”, de compra do BPN se o Governo decidir vender, e “no quadro geral do negócio até podemos assumir as responsabilidades de vir a gerir, em nome do Estado, a parte não vendável”, disse o presidente do Montepio.

De acordo com as contas da actual administração do BPN - feitas por gestores da Caixa Geral de Depósitos nomeados pelo Estado depois da nacionalização, em No-



Tomás Correia, presidente do Montepio, reitera interesse em gerir BPN

vembro passado -, o banco tem imparidades na ordem dos 1,8 mil milhões de euros e tem vindo a perder muito do negócio e depósitos que tinha.

Tomás Correia falou no final da reunião do Conselho de Administração do Montepio e, questionado se o tema foi discutido, afirmou que “não há necessidade de falar nisso porque a ideia é clara”.

“Temos interesse na operação e estamos atentos ao desenvolvimento do processo”, garantiu.

Interesse já manifestado, antes de conhecer em pormenor os activos e contas do BPN.

“Quando olhamos para as agências do BPN vemos complementariedade com a nossa, há clientes, depósitos, redes”, afirmou, e, além disso, “o Montepio tem capacidade, tem capital disponível para comprar”.

O ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, já tinha dito que a solução para o BPN era vender e que só condições de mercado ou falta de interessados o levarão a ponderar outras possibilidades. ■